

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## EMENDA SUPRESSIVA DA CLJR Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 081/2019

Suprime os incisos do Art. 5º e o parágrafo 2º com seus incisos, e renumera os demais parágrafos do Art. 5º do Projeto de Lei nº 081/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, autorizado a abrir, mediante decretos, créditos suplementares até o limite de 18% (dezoito por cento) das despesas fixadas nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, mediante a utilização de recursos provenientes de:*

*§ 1º. As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se devidamente publicadas por meio de ato do Poder Executivo.*

*§ 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar movimentação de Fontes e Destinação de Recursos nas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias.*

*§ 3º. Não será aprovado projeto de lei que implique no aumento das despesas orçamentárias sem a indicação das fontes e destinação de recursos.*

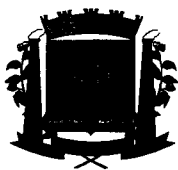
*§ 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover durante a execução orçamentária de 2020, a movimentação das fontes de recursos constantes desta Lei, previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, da seguinte forma:*

*I - Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2020;*

*II - Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na estimativa da receita para 2020;*

*III - Inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2020;*

*IV - Transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstas na fixação das despesas para o exercício de 2020;*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*§ 5º. As Fontes e Destinação de Recursos utilizadas na inclusão, transferência ou alteração deverão obedecer a codificação definida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.”*

Ubá/MG, 25 de novembro de 2019.

VEREADOR JOSÉ ROBERTO FILGUEIRAS

PRESIDENTE

VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA

MEMBRO TITULAR

VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS

MEMBRO TITULAR



# **Câmara Municipal de Ubá**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **JUSTIFICAÇÃO**

No caput do art. 5º do Projeto de Lei 081/2019 consta que o Poder Executivo está autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 18% das despesas fixadas e o seu § 2º autoriza mais uma suplementação, com mesmo percentual de 18%, ou seja, totaliza 36%.

Em análise ao projeto, a Comissão entendeu que a autorização da suplementação de crédito no valor de R\$ 53.190.000,00 é justa, não sendo necessário constar mais uma porcentagem, uma vez que comparado ao histórico desse ano, o Executivo pouco utilizou dessa autorização.

Ainda assim, não ficaria o executivo prejudicado, pois, sendo necessário, após atingir a porcentagem fixada, a Câmara pode autorizar as suplementações.